



Gambiarra urbana popular brasileira: dispositivos táticos na produção cotidiana dos territórios periféricos populares

Recebido: 2025-04-11

Aceito: 2025-09-12

Maini de Oliveira Perpétuo

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil,

mainioliveira@fau.ufrj.br

 <https://orcid.org/0000-0002-5496-9074>

Adriana Sansão Fontes

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil,

adrianasansao@fau.ufrj.br

 <https://orcid.org/0000-0003-0648-3894>

Cómo citar este artículo:

Perpétuo, M. d. O. & Sansão-Fontes, A. (2025). Gambiarra urbana popular brasileira: dispositivos táticos na produção cotidiana dos territórios periféricos populares. *Revista INVI*, 40(115), 229-256.

<https://doi.org/10.5354/0718-8358.2025.78424>



Gambiarra urbana popular brasileira: dispositivos táticos na produção cotidiana dos territórios periféricos populares

Resumo

Diante da atuação descontínua das políticas urbanas nos territórios periféricos, os grupos populares são impelidos a lidar com a precariedade e a insuficiência de recursos materiais, econômicos e tecnológicos, criando repertórios próprios e singulares de autoconstrução. Este artigo investiga um conjunto de práticas espaciais que geram transformações na paisagem periférica, com ênfase na “gambiarra urbana” como uma tática utilizada pelos moradores para adaptar e subverter seus espaços de vida com os meios materiais e técnicos disponíveis. Metodologicamente, propõe uma taxonomia de sete dispositivos táticos, a qual aponta padrões espaciais recorrentes e busca identificar ordens subjacentes à aparente desordem urbana nesses territórios. Como aproximação empírica, investiga o Conjunto de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro, Brasil. Os resultados evidenciam uma lógica própria de organização e produção do espaço periférico, sustentada em acordos tácitos e disputas, e revelam a tênue linha entre formalidade e informalidade nesses territórios, nos quais a gambiarra atua na reconfiguração do espaço como forma simultânea de acomodação e resistência. O trabalho busca contribuir para os debates urbanos contemporâneos ao oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais sensíveis às dinâmicas locais e às racionalidades populares que orientam a produção cotidiana do espaço periférico.

Palavras-chave: Territórios periféricos, gambiarra urbana, produção do espaço cotidiano, dispositivos táticos, práticas espaciais.



***Gambiarra* urbana popular brasileña: dispositivos tácticos en la producción cotidiana de los territorios periféricos populares**

Palabras clave: territorios periféricos, *gambiarra* urbana, producción cotidiana del espacio, dispositivos tácticos, prácticas espaciales.

Resumen

Ante la actuación discontinua de las políticas urbanas en los territorios periféricos, los grupos populares se ven impulsados a lidiar con la precariedad y la insuficiencia de recursos materiales, económicos y tecnológicos, creando repertorios propios y singulares de autoconstrucción. Este artículo investiga un conjunto de prácticas espaciales que generan transformaciones en el paisaje periférico, con énfasis en la “*gambiarra* urbana” como una táctica utilizada por los habitantes para adaptar y subvertir sus espacios de vida con los medios materiales y técnicos disponibles. Metodológicamente, propone una taxonomía de siete dispositivos tácticos, la cual señala patrones espaciales recurrentes y busca identificar órdenes subyacentes en el aparente desorden urbano de estos territorios. Como aproximación empírica, investiga el Conjunto de Favelas da Maré, en Río de Janeiro, Brasil. Los resultados evidencian una lógica propia de organización y producción del espacio periférico, sustentada en acuerdos tácitos y disputas, y revelan la tenue línea entre formalidad e informalidad en estos territorios, en los cuales la *gambiarra* actúa en la reconfiguración del espacio como forma simultánea de acomodación y resistencia. El trabajo busca contribuir a los debates urbanos contemporáneos al ofrecer insumos para la formulación de políticas públicas más sensibles a las dinámicas locales y a las racionalidades populares que orientan la producción cotidiana del espacio periférico.



Popular Brazilian Urban *Gambiarra*: Tactical Devices in the Everyday Production of Popular Peripheral Territories

Keywords: Peripheral territories, urban *gambiarra*, everyday space production, tactical devices, spatial practices.

Abstract

Faced with the discontinuous action of urban policies in peripheral territories, popular groups are compelled to deal with the precariousness and insufficiency of material, economic, and technological resources, developing their own unique repertoires of self-construction. This article investigates a set of spatial practices that produce transformations in the peripheral landscape, with emphasis on “urban *gambiarra*” as a tactical modality employed by residents to adapt their living spaces using the material and technical means available. Methodologically, it proposes a taxonomy of seven tactical devices, which reveals recurring spatial patterns and seeks to identify the underlying orders within the apparent urban disorder of these territories. As an empirical approach, it examines the Maré Favelas Complex in Rio de Janeiro, Brazil. The results reveal a specific logic of spatial organization and production, grounded in tacit agreements and disputes, and expose the thin line between formality and informality in these territories, where *gambiarra* operates as a simultaneous mode of accommodation and resistance in the reconfiguration of urban space. The study seeks to contribute to contemporary urban debates, providing support for the formulation of public policies that are more sensitive to the popular rationalities that guide the everyday production of peripheral space.

Introdução

Uma análise aprofundada das práticas espaciais nas periferias latino-americanas, com destaque para as favelas brasileiras, revela uma dinâmica de interação complexa entre formalidade e informalidade, além de uma relação ambígua com a presença e a ausência do Estado. Nesse contexto, esses territórios permanecem em uma espécie de zona cinzenta, não sendo totalmente incorporados nem excluídos das políticas urbanas, o que resulta em uma transitoriedade permanente, consequência de uma aplicação muitas vezes arbitrária e seletiva da legislação urbanística (Gonçalves, 2023; Rolnik, 2015; Telles, 2010).

Diante de projetos urbanos impostos de forma vertical e muitas vezes desalinhados às necessidades cotidianas dos moradores, esses grupos acabam criando soluções criativas para adaptar seus espaços, utilizando recursos escassos e as condições materiais e técnicas ao seu alcance. Para isso, recorrem a diversas táticas que visam superar as condições de precariedade urbana, econômica e social, não enfrentando diretamente o sistema, mas aproveitando brechas nele, como uma forma de resistência (Certeau, 1998). As táticas adotadas pelos grupos populares, em contraposição às estratégias promovidas pelo Estado, estruturam uma lógica espacial própria. Esta lógica se fundamenta no aproveitamento máximo dos recursos disponíveis, sustentado por acordos tácitos que propiciam espaços coletivos mais adaptados às condições de informalidade, tanto na esfera urbanística quanto na jurídica e econômica (Carvalho, 2020; Lobosco, 2011, 2014). Nesse contexto, a atuação tática permite que os moradores façam pequenos ‘desvios de rota’ na ordem estabelecida, criando formas de reapropriação dos espaços, subvertendo suas funções originais e acrescentando novas articulações práticas ao território (Santos, 2006).

Nessa conjuntura, o presente artigo investiga um conjunto de práticas espaciais que contribuem para a transformação da paisagem periférica, com ênfase na “gambiarra urbana” como uma tática empregada pelos moradores para adaptar seus espaços cotidianos utilizando os recursos materiais e técnicos disponíveis. A pesquisa busca decifrar os dispositivos táticos por meio dos quais os grupos populares atuam na produção e reconfiguração desses territórios, através da elaboração de uma taxonomia que identifique padrões espaciais recorrentes. Essa taxonomia pode ser considerada uma ferramenta analítica que, potencialmente, auxilie pesquisadores e planejadores urbanos a compreenderem as lógicas subjacentes às práticas nos territórios populares, ampliando, assim, a compreensão dessas dinâmicas não apenas no Brasil, mas também em outras cidades do Sul Global.

Como aproximação empírica, o estudo concentra-se no conjunto de favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. A escolha foi motivada pela riqueza e diversidade local, que abriga tanto favelas quanto conjuntos habitacionais de diferentes épocas e tipologias. Embora seja popularmente referenciada como um conjunto de favelas, a Maré, desde a década de noventa, é oficialmente reconhecida como um bairro da cidade, o que torna importante para explorar as zonas fronteiriças e ambíguas entre formalidade e informalidade, planejamento e improvisado na formação da paisagem urbana periférica.

O artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução. A primeira seção apresenta o marco teórico, discutindo os territórios periféricos e o conceito de gambiarra no contexto das práticas espaciais populares. Em seguida, a seção de metodologia descreve a abordagem qualitativa adotada, com destaque para o uso da errância urbana e a proposição de uma taxonomia dos dispositivos táticos. A terceira seção caracteriza o caso empírico do Conjunto de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro. A quarta seção apresenta os resultados da pesquisa, com a descrição dos sete dispositivos táticos identificados. Por fim, a discussão analisa as potencialidades dessas práticas, conduzindo às considerações finais, que sintetizam os achados e destacam a gambiarra como forma de resistência e reinvenção da paisagem urbana periférica.

Marco teórico

Desde a década de setenta, o crescimento populacional urbano mundial tem sido predominantemente absorvido pelas favelas do sul global, relacionando de forma inequívoca às noções de urbanização e favelização. Estima-se que mais de um bilhão de pessoas – um oitavo da população mundial – vivem em assentamentos precários, com cerca de 20% da população urbana latino-americana (“Um bilhão de pessoas”, 2022) e aproximadamente 10% da brasileira, o que corresponde a 16,6 milhões de pessoas (“Censo 2022”, 2024), residindo em favelas e comunidades urbanas. Van Ham *et al.* (2021) demonstram que, impulsionado pela desigualdade socioeconômica e segregação urbana, que se reforçam mutuamente, esse fenômeno é característico de muitas cidades ao redor do mundo, com impactos profundos na vida das populações mais vulneráveis. Nesse cenário, Davis (2006) argumenta que, contrariando as previsões dos urbanistas, as cidades do futuro tenderão a ser construídas principalmente com materiais reaproveitados, tais como tijolos, e blocos de cimento aparentes, lonas plásticas e sobras de madeira.

O contexto de expansão dos assentamentos populares na América Latina, moldados por diferentes processos de organização e produção do espaço (Cardoso, 2016) — que inclui loteamentos periféricos, bairros informais e favelas — tem raízes nas profundas desigualdades socioespaciais da região. Essa condição leva uma parcela significativa da população a conquistar a moradia por meio da ocupação de terras, da autoconstrução e da auto-urbanização. A esse processo latino-americano, Pedro Abramo (2003, 2007) denomina de “lógica da necessidade”, que consiste em um conjunto de ações individuais e coletivas na produção do espaço popular, impulsionadas por necessidades básicas e que refletem a forte interdependência entre as condições materiais, socioeconômicas e as táticas de adaptação dos moradores. Essa dinâmica de desigualdades persistentes, demonstra como as disparidades territoriais e o acesso a oportunidades continuam a ser um desafio central para o planejamento desses territórios (Arretche, 2018).

Diante desse panorama, as camadas populares convivem com elevados níveis de precariedade e precisam criar soluções criativas para adaptar seus territórios com recursos limitados. Para isso, utilizam diversas táticas para superar suas carências, que funcionam como mecanismos de defesa às condições

econômicas e sociais adversas, sem confrontar diretamente o sistema, mas aproveitando suas brechas. Essas táticas são ágeis e flexíveis, baseando-se em recursos imediatos para atender às demandas, e envolvem maneiras de agir que manipulam e modificam objetos e espaços, desviando-se da ordem estabelecida para alcançar seus próprios fins (Certeau, 1998).

No Brasil, a lógica de necessidade revela “maneiras de fazer” caracterizadas pela inventividade, improvisação e capacidade de lidar com a precariedade (Bouffleur, 2013; Rosas, 2008). Essas táticas, conhecidas popularmente como “gambiarra,” consistem em soluções improvisadas usando recursos disponíveis, geralmente devido à falta de alternativas mais elaboradas. No meio acadêmico, especialmente na arquitetura e urbanismo, a gambiarra, apesar de sua amplitude e potencial para estudos multidisciplinares, ainda é pouco explorada, sendo frequentemente vista de forma negativa, vinculada ao improviso nos processos construtivos e à falta de uma cultura de planejamento urbano no país.

A prática da gambiarra é um fenômeno que transcende classes sociais e contextos econômicos, manifestando-se tanto em ambientes de maior poder aquisitivo quanto nas camadas populares. Sua percepção, contudo, varia significativamente: enquanto é discretamente consentida nas elites (por exemplo: gambiarras urbanísticas e jurídicas para implantação de condomínios de luxo), entre os pobres urbanos ela é marcada pela criminalização e estigmatização, atrelada à noção de caos e desordem urbana. Isso reflete as diferenças na legitimidade atribuída a essas práticas, como ressalta Roy (2005), que destaca que a informalidade não é uma categoria homogênea, mas apresenta diferenciações internas de acordo com quem e onde se pratica a ação.

A vinculação entre gambiarra e desordem urbana nos remete à proposição de Santos (1982), que sugere que “A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta”. Existiriam, então, ordens por trás dessa aparente desordem urbana?

Nesses territórios, prevalece uma lógica própria de organização do espaço periférico, sustentada em acordos tácitos e disputas, revelando a tênue linha entre formalidade e informalidade. Nesse contexto de fronteiras fluidas, as noções de legal e ilegal, ordem e desordem são difusas e mutáveis (Telles, 2010), e postulamos que a gambiarra urbana atua como forma de reconfiguração espacial, evidenciando racionalidades distintas daquelas impostas por modelos urbanísticos universais.

Esse entendimento se conecta às críticas ao projeto civilizatório ocidental dominante, que desvaloriza saberes locais e práticas tradicionais, reforçando hierarquias de poder e perpetuando a colonialidade¹, como aponta Quijano (1992). No urbanismo, a colonialidade se manifesta na concepção hegemônica de produção do espaço e na exclusão do conhecimento popular como solução válida para os desafios urbanos contemporâneos (Delgado e Ruiz, 2021), criando barreiras entre o colonizador – o centro, e o colonizado – a periferia. Santos (2006) reforça a importância da resistência dessas práticas pelos grupos marginalizados, chamadas por ele de “contra-racionalidades”, que contestam a racionalidade hegemônica dominante.

1 De acordo com Quijano (1992), o “colonialismo” refere-se a uma relação política e econômica na qual a soberania de um país é exercida às custas de outro. Por sua vez, a “colonialidade” diz respeito a um conjunto de padrões de poder que surgiram com o colonialismo e que se manifestam na imposição de uma superioridade racial por parte do conquistador.

No âmbito dessa discussão, o foco deste trabalho está na análise da gambiarra urbana na produção cotidiana dos territórios periféricos, observando as transformações na paisagem urbana popular brasileira. Acreditamos que o estudo dessas táticas, embora atuando em escala microlocal, possui potencial de impacto mais amplo, contribuindo para repensar as formas de produção, concepção e habitação nesses espaços. Assim, a gambiarra revela-se como uma expressão de saber-fazer próprio, uma forma de reconfiguração espacial que desafia e dialoga com os modelos urbanísticos convencionais, oferecendo novas perspectivas para compreender as práticas espaciais nos contextos periféricos.

Metodologia

Como aproximação empírica das táticas espaciais da “Gambiarra Urbana Popular Brasileira”, utilizamos o método de caso referência, de caráter qualitativo, tendo como local de investigação o conjunto de favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro. Essa escolha está fundamentada em diversos critérios que garantem sua relevância e viabilidade: a) sua localização, próxima à Cidade Universitária da UFRJ, facilitou a logística do trabalho de campo; b) a variedade de morfologias e tipologias arquitetônicas que possibilitam explorar diferentes manifestações da gambiarra urbana; c) conta com um amplo repositório de pesquisas acadêmicas, dados documentais e diversas instituições atuantes que oferecem suporte e credenciamento para a realização dos estudos. A Maré se apresenta, assim, como um campo privilegiado para analisar a manifestação da gambiarra urbana, uma vez que, como aponta Varela (2002, p.15) “a Maré carioca também pode ser representativa de várias outras Marés do país”, sugerindo que suas dinâmicas socioespaciais apontam para possíveis convergências com outros territórios periféricos.

De modo a adaptar-se rapidamente às diversas circunstâncias, a tática da gambiarra na vida cotidiana dos grupos populares atua de forma dinâmica e não linear. Para compreender esse movimento, adotamos a errância urbana como procedimento metodológico, tido como uma ferramenta de investigação do território a partir da experiência da cidade (Jacques, 2012). Esse enfoque revelou ações táticas momentâneas, permitindo detectar práticas cotidianas que promovem novas formas de organização espacial, muitas vezes implícitas e difíceis de captar por métodos tradicionais, como mapas em camadas ou diagnósticos territoriais. Michel De Certeau, em *A Invenção do Cotidiano* (1998), destaca que os caminhantes, ao transitar de forma errante, reinterpretam e reorganizam a cidade por dentro, criando trajetos como uma bricolagem de elementos dispersos que escapam às totalizações do olhar panóptico.

A errância urbana valoriza, assim, a experiência do espaço em oposição à sua representação abstrata. Distingue-se também de abordagens como a etnografia e a observação participante, que dependem da presença contínua e do contato direto com os moradores. Nas caminhadas pela Maré, destacou-se, sobretudo, as operações táticas realizadas nos espaços coletivos que promoveram subversões e novas configurações urbanas, implementadas na escala real.

Para captar essa experiência, o recurso da fotografia foi fundamental. O trabalho de campo ocorreu entre agosto e dezembro de 2023, envolvendo nove visitas. A realização dessas atividades enfrentou limitações importantes devido à vulnerabilidade social, à presença de violência e ao controle exercido por grupos armados na região, dificultando a circulação pelas ruas durante as visitas. Para minimizar essas dificuldades, contamos com o apoio das organizações locais, especialmente as associações de moradores, além da colaboração do fotógrafo Arthur Viana – morador e mobilizador comunitário da Maré – cujo apoio foi fundamental para facilitar o acesso a diversas áreas do território. Essa experiência evidenciou a importância de adaptar o método às complexidades do contexto e de estabelecer pontes de confiança com a comunidade, especialmente ao priorizar aspectos éticos, como registrar prioritariamente as intervenções físicas na paisagem urbana, evitando expor indevidamente os moradores.

A escolha das localidades na Maré baseou-se na busca por exemplos representativos de diferentes momentos de ocupação do território. Foram selecionados quatro grupos, ligados a processos históricos distintos — ocupações espontâneas, intervenções do governo estadual, federal e municipal — permitindo analisar a formação, as estratégias públicas e as ações táticas dos moradores, com foco na prática da gambiarra urbana (Tabela 1).

Para operacionalizar a construção da taxonomia dos dispositivos táticos da gambiarra urbana, adotamos uma abordagem qualitativa que combina a análise de dados documentais, fotografias e observações de campo realizadas durante o trabalho de campo na Maré. A partir desses dados, elaboramos as categorias com o objetivo de identificar e agrupar as manifestações de gambiarra observadas nas diferentes localidades selecionadas. Essa análise buscou detectar padrões de frequência e relação de similitude entre as práticas, permitindo criar uma rede de categorias interdependentes, que busca compreender as lógicas e dinâmicas das ações táticas. A proposta de taxonomia visa, assim, refletir a complexidade, as variações e as possíveis combinações dessas práticas no território, reconhecendo sua natureza dinâmica e singular.

Os “dispositivos táticos” são concebidos como um conjunto de operações e procedimentos que estimula interações entre padrões individuais e coletivos, bem como entre estruturas edificadas e espaços abertos, promovendo transformações na paisagem urbana popular. Em termos metodológicos, a taxonomia busca classificar esses dispositivos com base em suas características semelhantes, estabelecendo relações entre práticas e atributos espaciais que ocorrem de forma isolada ou em combinação no território. Embora possa ser vista como uma forma de ordenação e classificação, no contexto desta pesquisa, a taxonomia funciona como uma ferramenta para identificar padrões e lógicas subjacentes às práticas da gambiarra, reconhecendo a complexidade e a singularidade de cada manifestação.

Tabela 1.
Programas e localidades selecionadas para a pesquisa de campo na Maré.

Origem / Programa	Localidades investigadas na pesquisa	Ocupação
Ocupações iniciais	Morro do Timbau e Baixa do Sapateiro	Década de quarenta
Intervenção pública do Governo Estadual (COHAB)	Nova Holanda	Década de sessenta
Intervenção pública do Governo Federal (Projeto Rio)	Vila do João, Vila dos Pinheiros, Conjunto Esperança e Conjunto Pinheiro	Década de oitenta
Intervenção pública do Governo Municipal (Projeto Morar sem Risco)	Conjunto Bento Ribeiro Dantas e Conjunto Nova Maré	Década de noventa

Fonte: Perpétuo, 2024.

Reconhecendo que a construção de taxonomias está tradicionalmente associada a métodos convencionais de ordenação, vinculados a um saber científico, a taxonomia dos dispositivos táticos proposta não busca impor uma ordem normativa, mas sim construir uma ferramenta analítica que emerge da prática social. Visa, portanto, dar visibilidade às racionalidades populares que estruturam a produção cotidiana do espaço periférico e reconhecer a singularidade e a variabilidade dessas práticas. Assim, a taxonomia funciona como uma chave de leitura para identificar padrões recorrentes, sem pretender fixar ou esgotar a diversidade de manifestações da gambiarra.

Para ampliar a compreensão das lógicas que regem essas práticas, podemos recorrer a estudos como os de Alexander *et al.* (2013) – que propõe a cidade como um sistema complexo regido por linguagens de padrões compartilhadas entre os habitantes. De forma semelhante, Loureiro *et al.* (2019) evidenciam que a organização espacial de favelas é mais flexível e adaptável, ajustando-se ao longo do tempo por meio de regras próprias e processos emergentes. Baseando-se nesses aportes, seria possível propor algum tipo de linguagem de padrões para a Gambiarra Urbana Popular Brasileira? Quais seriam as ordens subjacentes à aparente desordem que predomina nos territórios periféricos?

Figura 1.
Localização esquemática da Maré.



Fonte: elaboração própria.

CARACTERIZAÇÃO DO CASO REFERÊNCIA

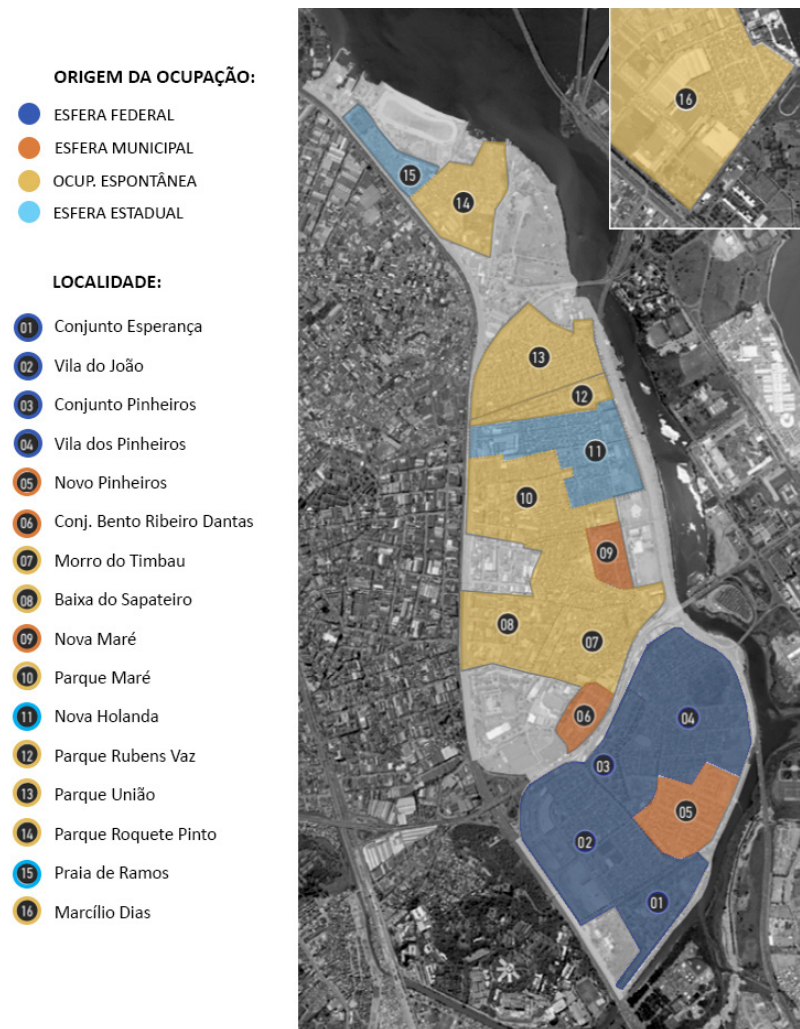
Localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro, a Maré é um dos maiores conjuntos de favelas da cidade. Situa-se na Baía de Guanabara, próxima ao Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão) e à Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Figura 1), possuindo uma localização estratégica se comparada com áreas mais periféricas da metrópole (Redes da Maré, 2019).

Transformada oficialmente em bairro em 1994, a Maré abriga cerca de 140 mil moradores e caracteriza-se como uma das áreas com maior densidade demográfica do município. Com uma população majoritariamente negra e parda (62%), e com um quarto de seus residentes originários do Nordeste (Redes da Maré, 2019), a Maré enfrenta desafios significativos, figurando entre as áreas com os indicadores socioespaciais e de desenvolvimento humano mais baixos da cidade. Dessa forma, apesar da transformação formal em bairro, a Maré ainda enfrenta graves desafios socioespaciais e não teve alterada a representação de sua condição de favela (Redes da Maré, 2014).

Seu território compreende atualmente um conjunto de 16 áreas e apresenta padrões físico-espaciais diversos, decorrentes de diferentes fases de ocupação (Figura 2): inicialmente, por famílias de trabalhadores e imigrantes através da autoconstrução, e posteriormente, por ações estatais (Redes da Maré, 2014). Essa heterogeneidade faz com que a Maré seja considerada um dos maiores laboratórios urbanos de habitação popular do país: “da favela labiríntica de morro ao mais cartesiano conjunto habitacional modernista, passando por palafitas em áreas alagadas e conjuntos habitacionais favelizados. Vai-se do padrão mais informal ao mais formal, que acaba se informalizando também” (Jacques, 2002, p.19). Apesar da diversidade de sua ocupação, constatamos a permanência das lutas coletivas, nas quais os moradores lançaram mão de inteligência tática para construir e conquistar seus espaços de vida.

Figura 2.

Mapa de localização da Maré e sua configuração territorial por origem de ocupação.



Fonte: elaboração própria adaptado de Redes da Maré (2019).

Resultados: Dispositivos táticos da Gambiarra Urbana Popular

A partir do caso referência, é possível obter uma compreensão mais ampla dos processos relativos à gambiarra urbana, buscando identificar quais seriam seus dispositivos táticos mais frequentemente utilizados. A taxonomia dos dispositivos táticos foi agrupada em sete categorias organizadas por um esquema comum de análise (Tabela 2) e apresentada na sequência, permitindo uma compreensão sistematizada das táticas empregadas pelos moradores e suas relações com as dinâmicas do território.

DISPOSITIVO 1: HACKEAR AS INFRAESTRUTURAS

Descrição: Refere-se à ação de intervir de forma clandestina nos sistemas de serviços urbanos essenciais, como redes de esgoto, abastecimento de água, eletricidade e telecomunicações.

No contexto brasileiro, essa prática é comumente conhecida como “gato”, associada à habilidade do felino de se mover sorrateiramente. A expressão evoluiu para designar esquemas de conexão ilegal para usufruir de serviços de forma clandestina e sem o devido pagamento. Essa prática é comum em favelas e periferias, motivada pela falta de acesso aos serviços básicos, mas também ocorre em mercados ilegais, controlados por grupos criminosos, que fornecem gás, água e canais de TV a cabo. O termo “hackear” se refere à invasão de sistemas eletrônicos para acessar dados ilegalmente e pode ser associado à gambiarra, entendido como uma solução improvisada para resolver um problema.

Na Maré, os moradores foram historicamente compelidos a criar seus próprios sistemas de abastecimento e saneamento – seja de água, esgoto ou energia elétrica – além da pavimentação de vias e o aterro das áreas alagadiças. Essas ações, derivadas em grande parte da omissão do Estado, possibilitaram o acesso mínimo a serviços essenciais. Apesar da universalização dos serviços, ainda ocorrem falhas no abastecimento, levando à interrupção frequente no fornecimento de água e energia e à contaminação por ligações clandestinas. Isso demonstra que a gambiarra não é apenas uma resposta à ausência do Estado, mas também uma forma de complementar as infraestruturas existentes (Figura 3). As gambiarras, portanto, revelam uma relação complexa: complementam a rede, ao garantir o acesso contínuo a serviços essenciais quando o fornecimento é falho, expõe as deficiências e desigualdades na distribuição desses serviços e, em alguns casos, reforçam a dependência do sistema estatal, uma vez que utilizam seus componentes de forma adaptada e improvisada.

Tabela 2.

Taxonomia dos Dispositivos táticos da Maré.

N	Dispositivo Tático	Descrição
01	Hackear as infraestruturas	Acessar clandestinamente componentes do sistema de serviços urbanos públicos ou privados
02	Alçar o espaço aéreo	Elevar do solo e erigir dispositivos com intenção de capturar o espaço aéreo potencial
03	Infiltrar nas brechas	Instalar objetos ou atividades nas frestas, brechas e interstícios urbanos
04	Habitar a fronteira	Ocupar as barreiras físicas e simbólicas de forma a povoar esses espaços com novos usos e funções
05	Avarandar a rua	Criar soluções para prolongar a área coberta sobre o espaço coletivo
06	Ajardinar o árido	Converter em jardim ou fonte de água qualquer espaço utilizando suportes materiais reaproveitados
07	Personalizar o morar	Adaptar as habitações e espaços coletivos para adequá-los às preferências e necessidades dos moradores

Fonte: Perpétuo, 2024.

Figura 3.

Dispositivo 1: Hackear as infraestruturas.



Fonte: elaboração própria.

DISPOSITIVO 2: ALÇAR O ESPAÇO AÉREO

Descrição: Consiste em aproveitar o espaço aéreo para expandir moradias em áreas densamente povoadas e capturar o espaço aéreo potencial.

Em favelas, onde há poucas áreas livres para a expansão horizontal das edificações e altas densidades populacionais, a captura do espaço aéreo é uma das únicas alternativas para aumentar a área construída, criar comércio e espaços coletivos e de socialização. Nesse contexto, a laje é um elemento emblemático, pois representa tanto o presente quanto o futuro da moradia: “a laje é chão e é teto, porque a laje que cobre os filhos um dia vai virar o piso para os netos” (Borges, 2013).

A laje é um espaço multifuncional, abrigando desde funções técnicas – como áreas para secagem de roupa, espaço para estocar materiais etc. – até funções de lazer e sociabilidade – como área para churrascos e festas, tomar sol, refrescar-se, brincar, empinar pipa etc. (Freire-Medeiros & Name, 2019). Além disso, é comum que as casas já sejam construídas com fundações preparadas para futuros acréscimos, visando propósitos distintos, como a ampliação da residência para maior conforto, cessão para familiares construírem suas casas e aluguel para terceiros.

Outro elemento tático é a escada astuciosa, que não segue normas técnicas e se adapta aos espaços existentes. Devido à falta de espaço interno das residências, as escadas são projetadas sobre as calçadas e vias públicas, ultrapassando o alinhamento do lote para viabilizar o acesso aos andares superiores (Figura 4).

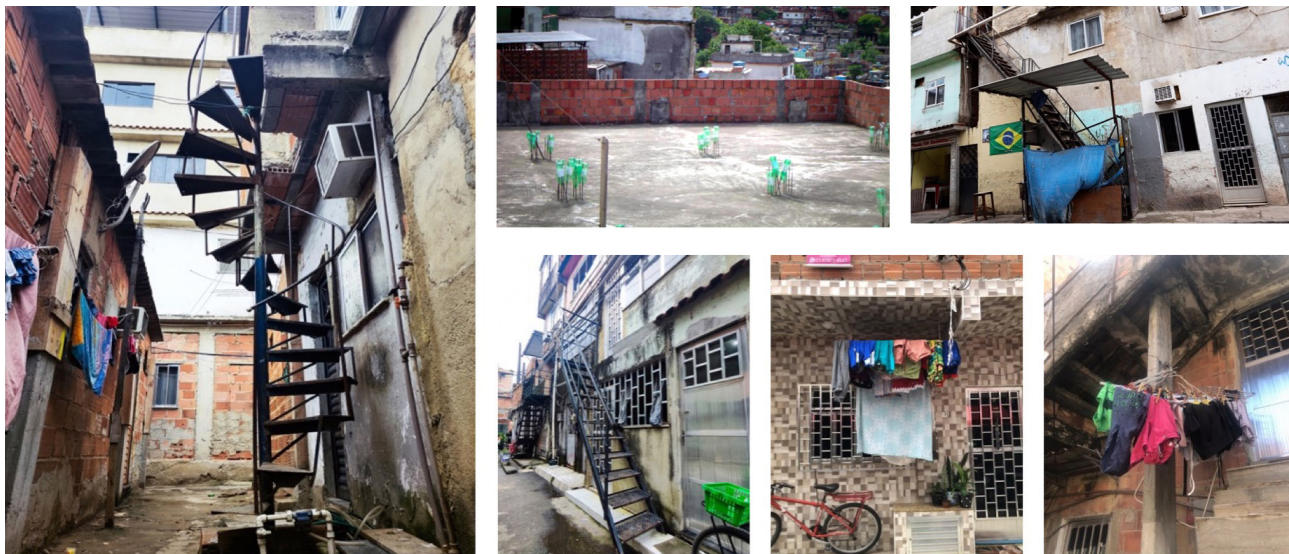
DISPOSITIVO 3: INFILTRAR NAS BRECHAS

Descrição: Consiste em instalar dispositivos, objetos ou atividades de forma gradual e sub-reptícia nas frestas, brechas e interstícios urbanos.

No processo de consolidação das favelas, os espaços entre edifícios e infraestruturas urbanas são gradualmente ocupados para abrigar atividades cotidianas. Devido à falta de espaço nas casas, funções que seriam realizadas no interior dos imóveis acabam sendo transferidas para o espaço coletivo.

Na Maré, os espaços livres são disputados, principalmente pela pressão das áreas privadas sobre os espaços de uso coletivo. A lógica de produção do espaço nas favelas não obedece a fronteiras rígidas entre o público e o privado, gerando uma mistura de espaços semiprivados ou semipúblicos (Bazán & Motta, 2022; Jacques, 2002). Nesses espaços limiares, os moradores “encaixam” usos que atuam como dispositivos de articulação entre dentro/fora e individual/coletivo. Essas infiltrações reorganizam o espaço cotidiano na microescala por meio de improvisações, gambiarras, desvios e atalhos. Exemplos incluem varais de roupas nas calçadas, engradados e cadeiras de bares ocupando partes da rua e pequenos módulos comerciais ou de serviços aproveitando frestas entre as construções (Figura 5).

Figura 4.
Dispositivo 2: Alçar o espaço aéreo.



Fonte: elaboração própria.

Figura 5.
Dispositivo 3: Infiltrar nas brechas.



Fonte: elaboração própria.

Essas ações táticas podem ser encontradas tanto em áreas de ocupação espontânea quanto em conjuntos habitacionais, apresentando características diferentes em cada tipologia. Nas áreas autoconstruídas, as brechas ocorrem pela forma labiríntica das construções. Nos conjuntos habitacionais, a implantação planejada gera poucas brechas, mas os moradores suplantam a falta de espaços para comércio e renda nos espaços coletivos, criando novos arranjos espaciais sobrepostos à malha urbana original.

DISPOSITIVO 4: HABITAR AS FRONTEIRAS

Descrição: Consiste em ocupar os elementos que servem como barreiras físicas e simbólicas atribuindo-lhes novos usos e funções a partir dos atributos existentes.

Habitar as fronteiras significa ocupar um espaço para torná-lo habitável e adequado a propósitos distintos daqueles para os quais foi projetado. Esse dispositivo atua como um parasita do organismo hospedeiro: são organismos que vivem em associação e utilizam os recursos do outro para sobreviver. Nas favelas, as fronteiras entre “morro e asfalto” são territorialidades instáveis. Ao serem apropriadas para usos distintos, evidenciam os conflitos da dinâmica urbana e remetem à tática como algo que não tem um lugar próprio, mas ocupa o território do outro (Certeau, 1998).

Um exemplo é a apropriação das barreiras acústicas implantadas entre a Maré e as vias expressas (Linha Vermelha e Linha Amarela), que, em tese, visavam proteger os moradores do ruído e das balas perdidas, mas, na prática, acabaram acentuando a segregação e a ocultação da desigualdade urbana (Ribeiro, 2006). Não obstante, a estrutura do muro passou a servir de suporte para novas apropriações, como garagens, áreas de lazer, comércio, áreas de lazer e pequenas hortas (Figura 6). Atualmente, além das apropriações menores, observa-se um aumento na densidade de construções ao longo da faixa lindeira das vias expressas. Adicionalmente, os moradores ocupam calçadas de antigas fábricas e equipamentos públicos, como escolas e campos de futebol, utilizando muros e alambrados como divisas para construir moradias e comércios. Em certos casos, postes de iluminação servem de “pilares” para as casas (Figura 6).

DISPOSITIVO 5: AVARANDAR A RUA

Descrição: Refere-se à criação de soluções para prolongar a área coberta sobre o espaço coletivo.

A tipologia da varanda e da marquise atuam como um prolongamento da edificação e estabelecem espaços de transição entre o exterior e o interior, além de proteger as pessoas do sol e da chuva. Apesar de se constituírem como elementos delimitadores de espaços, não costumam impor formas de ocupação rígidas ou específicas.

Nas favelas, o uso da varanda acoplada à casa é pouco utilizado devido à falta de espaço e à menor versatilidade em comparação com os terraços sobre laje. No entanto, observamos a criação de espaços avarandados sobre as ruas e espaços públicos, que vão além da proteção contra intempéries e expandem as atividades em direção à rua. As coberturas criadas atendem a diversas finalidades, sendo construídas com materiais permanentes ou efêmeros diversos, como telhas de zinco, alumínio, lonas e toldos plásticos. Na Maré, os usos frequentes incluem: expansão de áreas de igrejas, bares, restaurantes e estabelecimentos comerciais, além de espaços de sombra e convívio. Estruturas temporárias são comuns em feiras e bailes funk. Também se observa a extensão de coberturas em praças, perto de quiosques, e puxadinhos com serviços não ligados a edificações, como lava-jatos e barbearias nas ruas (Figura 7).

DISPOSITIVO 6: AJARDINAR O ÁRIDO

Descrição: Refere-se à conversão de espaços disponíveis em jardins ou fontes de água, utilizando materiais reaproveitados.

As favelas são áreas densamente povoadas, com poucos espaços livres e ausência de políticas públicas de arborização. O processo de consolidação da Maré transformou um ambiente natural, com praias e manguezais, em área aterrada e pavimentada, com a redução de áreas verdes e corpos d'água e à degradação de ecossistemas. O censo da Maré (2019) aponta apenas 3,49m² de área verde por habitante, abaixo do recomendado pela Organização Mundial de Saúde (12m²/hab.).

Esse cenário resulta em temperaturas elevadas e na formação de ilhas de calor, prejudicando a qualidade de vida. As causas incluem: alta densidade, verticalização, construções coladas impedindo a ventilação, falta de vegetação, ruas estreitas e impermeabilização do solo (Bastos *et al.*, 2022; Galeazzi, 2021).

Para mitigar a ausência de vegetação, os moradores criam jardins improvisados com materiais reaproveitados – a Lei de Lavoisier: “nada se perde, tudo se transforma” é levada ao extremo. Dentre os materiais são encontrados tambores de máquina de lavar, caixas d'água, latas, baldes e pneus (Figura 8). Mesmo com alta densidade, os moradores criam jardins nas fachadas ou canteiros nas lajes. Outra ação tática bastante frequente é a instalação de piscinas plásticas e chuveiros nas ruas, que umidificam o solo e diminuem a temperatura, melhorando o conforto térmico (Figura 8).

Figura 6.

Dispositivo 4: Habitar as fronteiras.



Fonte: elaboração própria.

Figura 7.

Dispositivo 5: Avarandar a rua.



Fonte: elaboração própria.

Figura 8.

Dispositivo 6: Ajardinar o árido.



Fonte: elaboração própria.

DISPOSITIVO 7: PERSONALIZAR O MORAR

Descrição: Refere-se à ação de adaptar e personalizar as habitações de forma a adequá-las ao gosto e às necessidades dos moradores.

Personalizar é modificar ou adaptar algo para atender às necessidades do usuário. No contexto da moradia, a personalização busca diferenciar as casas e ambientes urbanos de acordo com os interesses e preferências dos moradores. A ação de customizar o morar se assemelha ao conceito de bricolagem (Lévi-Strauss, 1989), que consiste em criar novas formas e objetos a partir de materiais finitos e heterogêneos, cujos resultados nunca são idênticos.

Os conjuntos habitacionais da Maré são produtos padronizados, feitos para uma família mononuclear “tipo”. Essa lógica contrasta com a organização popular do morar, tornando a tipologia padronizada apenas um ponto de partida, não um fim. Essa interação se manifesta na dinâmica entre moradia e morador, considerando vivências, expectativas e as limitações do projeto em atender às necessidades dos moradores ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, as transformações e gambiarras nos conjuntos habitacionais são ajustes que, além de úteis, individualizam o morar (Figura 9). Isso mostra que moradores de baixa renda não são homogêneos, contentando-se com um padrão, mas indivíduos com qualidades, vontades e valores próprios. Jacques (2001) defende que respeitar a estética das favelas é valorizar o movimento de construção e a participação ativa dos moradores, sem congelar tipologias ou características.

Discussão: Potencialidades dos dispositivos táticos da Gambiarra Urbana Popular Brasileira

Os dispositivos táticos mapeados, apesar de sua heterogeneidade, revelam distintas formas de negociar suas especificidades territoriais e de recodificar o espaço urbano existente. Seleccionamos aqueles mais evidentes na Maré, sem a pretensão de esgotar todas as possibilidades de dispositivos, combinações, operações ou interações. Como dependem de um esforço coletivo para sua implementação, tais táticas demandam articulações e disputas entre os moradores, essenciais para garantir sua instalação, funcionamento e manutenção. Ao longo do tempo, percebemos que os moradores desenvolvem um repertório de conhecimentos táticos, que envolve fazer e aprender, transmitido por práticas socioespaciais exercidas de maneira informal (Nascimento, 2011).

Ao observar o território da Maré de forma atenta, revelou-se uma repetição de ações e práticas, indicando a existência de uma inteligência tática coletiva entre os moradores. Essa constatação reforça a ideia de que a gambiarra urbana, mesmo aparentando desordem, opera segundo uma lógica tática compartilhada. A partir da taxonomia elaborada, buscamos identificar atributos e potencialidades que se configuram como categorias analíticas transversais aos dispositivos mapeados, conforme apresentado na Tabela 3.

A relação entre os sete dispositivos táticos na Maré e os atributos da Tabela 3 mostra que essas práticas não são meras reações à precariedade, mas formas de produzir espaço urbano a partir de racionalidades próprias. Por exemplo, “Hackear as infraestruturas” expressa disponibilidade, adaptabilidade e transitoriedade ao manipular serviços urbanos com recursos imediatos. “Alçar o espaço aéreo” mobiliza progressividade e maleabilidade ao expandir a moradia de forma incremental. “Infiltrar nas brechas” e “Habitar as fronteiras” destacam adaptabilidade e singularidade ao ressignificar espaços residuais e transformá-los em zonas de uso cotidiano. “Avarandar a rua” e “Ajardinar o árido” evidenciam a transmissão do saber fazer, aliando função prática e qualificação do ambiente. Por fim, “Personalizar o morar” sintetiza singularidade e progressividade, mostrando como as práticas moldam a paisagem a partir das subjetividades dos moradores (Perpétuo, 2024).

Figura 9.
Dispositivo 7: Personalizar o morar.



Fonte: elaboração própria.

Tabela 3.
Atributos e potencialidades dos dispositivos táticos da gambiarra urbana.

Atributos	Potencialidades
Disponibilidade	Capacidade de otimizar recursos técnicos, materiais e financeiros
Adaptabilidade	Facilidade em ajustar-se a necessidades urgentes e variáveis ao longo do espaço-tempo
Maleabilidade	Flexibilidade para moldar-se às características físicas do ambiente.
Transmissibilidade	Habilidade de disseminar conhecimento prático e informal por meio da experiência
Progressividade	Capacidade de evoluir de forma incremental, processual e contínua
Transitoriedade	Eficácia em oferecer soluções temporárias, imediatas e provisórias
Singularidade	Possibilidade de individualizar as soluções, imprimindo um caráter único e personalizado

Fonte: Perpétuo, 2024.

A análise dos dispositivos táticos à luz dos atributos e potencialidades revela que a relação com as infraestruturas estatais é ambígua. Por um lado, ao permitir que os moradores criem suas próprias soluções, o Estado desresponsabiliza-se pela garantia do acesso a serviços básicos e legitima a precariedade como condição de vida. Por outro, o Estado mantém o poder de intervir e reprimir as gambiarras, perpetuando a insegurança e a vulnerabilidade dos moradores. Nesse contexto, a adaptabilidade e a transitoriedade das gambiarras são uma resposta à instabilidade e à inadequação das soluções oferecidas pelo Estado, demonstrando sua capacidade de gerar soluções mais viáveis às condições locais.

Importa mencionar que este estudo não busca idealizar os dispositivos táticos como solução para os desafios urbanos e ambientais dos assentamentos populares, nem romantizar a precariedade e a gambiarra. Intencionamos compreender como essas práticas revelam racionalidades próprias, que, embora coexistam com limitações e desafios, oferecem alternativas aos modelos urbanísticos e soluções técnicas impostos verticalmente. Valorizamos a agência dos moradores na construção de seus territórios, reconhecendo que suas ações são informadas por um conhecimento prático e uma inteligência territorial que muitas vezes são negligenciados.

Não obstante, a condição de produzir o espaço com meios próprios, frequentemente resulta na exploração do trabalho das camadas populares, que são impelidas a suprir as deficiências do Estado e construir a cidade com seu esforço (Maricato, 1982). Além disso, esses territórios enfrentam outros problemas que impactam gravemente à vivência dos moradores, como o mercado imobiliário informal e o urbanismo miliciano, cada vez mais presentes na Maré. Essas questões não se limitam à ordem urbanística, mas refletem uma distinção territorial onde os direitos dos cidadãos variam conforme classe, raça e local de moradia (Souza e Silva *et al.*, 2020). Essas distinções criam hierarquias e fronteiras ambíguas entre quem está dentro ou fora da ordem urbana, com graves consequências para os grupos populares.

Conclusões

A experiência empírica realizada no Conjunto de Favelas da Maré permitiu integrar o aporte teórico e metodológico com uma observação direta da gambiarra urbana, considerando sua materialidade e o cotidiano vivido pelos moradores. Essa abordagem buscou ir além de uma simples análise teórica, permitindo uma compreensão mais concreta do fenômeno. A investigação da Taxonomia dos Dispositivos Táticos da Gambiarra Urbana na Maré revelou práticas espaciais profundamente vinculadas às relações sociais estabelecidas entre o Estado, os moradores, associações e grupos paraestatais presentes na região. Esses diversos atores compõem uma rede intrincada de relações e instituições, tanto locais quanto de nível supralocal, que coordenam a vida comunitária, bem como os processos de uso, ocupação e apropriação do espaço pelo território.

Embora este estudo se concentre na Maré, no Rio de Janeiro, postulamos que a taxonomia dos dispositivos táticos da gambiarra urbana possui relevância para outras cidades latino-americanas e do Sul Global, tendo em vista que as características de precariedade, informalidade e omissão estatal que moldam a produção do espaço periférico são compartilhadas por muitas outras metrópoles. Ao analisar essas táticas à luz da taxonomia proposta, é possível identificar padrões e lógicas que demonstram a existência de uma inteligência urbana popular que transcende as fronteiras geográficas. Contudo, é importante reconhecer suas limitações enquanto um recorte a partir de um caso específico. Assim, as características socioeconômicas, culturais e geográficas de cada localidade devem ser analisadas para verificar a aplicabilidade das categorias propostas. Nessa perspectiva, pesquisas futuras poderiam se concentrar em testar e refinar a taxonomia em outros contextos urbanos, explorando as relações entre os dispositivos táticos e as características específicas de cada realidade.

A Maré, enquanto um laboratório de projetos e programas urbanos e habitacionais, revelou-se como um campo fértil para compreender as estratégias e programas estatais adotados ao longo do tempo e observar como essas políticas repercutiram em diversas táticas e movimentos de resistência desenvolvidos pelos próprios moradores. Os processos de transformação do ambiente construído, seja por ações mais radicalizadas de autoconstrução ou por pequenas modificações nas unidades fornecidas pelo Estado, envolvem muito mais do que o aspecto físico das intervenções. Eles também englobam as experiências vividas e os significados atribuídos às formas de habitar. Portanto, defendemos que o território periférico popular não se caracteriza por uma total ausência de ordem ou regras urbanas, mas sim por uma expressão singular de organização e produção do espaço, construída de forma cotidiana e processual, legitimada por costumes vigentes.

Essa condição reflete uma estrutura urbana ambígua e complexa, na qual a organização do espaço opera por mediações entre legalidades e ilegalidades, ausência e presença do Estado, além da criação de acordos tácitos e regras de convivência entre moradores e instituições locais. Nesse contexto, a permanência e resistência das práticas espaciais cotidianas populares ao longo da história desses assentamentos evidenciam potências ativas e criativas de construir e disputar um lugar na cidade. Assim, por meio da taxonomia dos

dispositivos táticos da gambiarra urbana, busca-se evidenciar as potencialidades dessas “maneiras de fazer” que se fundamentam na reinvenção imediata do presente, revelando não apenas operações espaciais singulares, mas também processos de subjetivação e a existência de racionalidades próprias, que vão além das soluções impostas pelo saber urbanístico hegemônico.

Em suma, este estudo almeja contribuir para os debates urbanos contemporâneos, defendendo a necessidade de políticas públicas que dialoguem com as dinâmicas locais e as racionalidades populares. A experiência empírica e a análise dos dispositivos táticos da gambiarra urbana revelam a importância de reconhecer a agência dos moradores e as formas de organização social que emergem dos territórios periféricos. Os resultados sugerem que o desenvolvimento de programas ou políticas públicas eficazes deve envolver uma sensibilidade às dinâmicas locais e às racionalidades populares, reconhecendo os saberes e práticas dos moradores, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e consideradas.

Financiamento

Artigo elaborado a partir da tese de doutorado de Maini de Oliveira Perpétuo realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação da Profa. Dra. Adriana Sansão Fontes. A pesquisa contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Declaração de autoria

Maini de Oliveira Perpétuo: Conceitualização; Curadoria de dados; Investigação; Metodologia; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.

Adriana Sansão Fontes: supervisão; redação – revisão e edição.

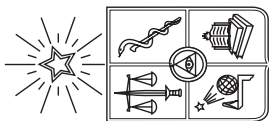
Referências bibliográficas

- Abramo, P. (2003). *A cidade da informalidade*. Livraria Sette Letras.
- Abramo, P. (2007). A cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 9(2), 25-54. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2007v9n2p25>
- Alexander, C., Ishikawa, S., Silverstein, M., Jacobson, M., Fiksdahl-King, I., & Angel, S. (2013). *Uma linguagem de padrões*. Bookman.
- Arretche, M. (Ed.). (2018). *Paths of inequality in Brazil: a half-century of changes*. Springer & Editora Unesp.
- Bastos, L. D., Drach, P. C., & Miyamoto, J. S. (2022). Climate impacts in the Maré Favela complex. *PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção*, 13, 1-21. <https://doi.org/10.20396/parc.v13i00.8665861>
- Bazán, A. M. & Motta, J. M. (2022). Apuntes para repensar los espacios de articulación entre vivienda y ciudad en asentamientos populares. *Revista INVI*, 37(106), 73-95. <https://doi.org/10.5354/0718-8358.2022.67139>
- Borges, A. (2013). Design da periferia, pavilhão das culturas brasileiras [vídeo]. <https://www.adeliaborges.com/exposicao/design-da-periferia/>
- Bouffleur, R. N. (2013). *Fundamentos da gambiarra: A improvisação utilitária contemporânea e seu contexto socioeconômico* [tese de doutorado]. Universidade de São Paulo.
- Cardoso, A. L. (2016). Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. Em M. P. Morais, C. Krause, & V. C. Lima Neto (Eds.), *Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros*. Ipea.
- Carvalho, S. A. (2020). *Entre a ideia e o resultado: o papel do projeto no processo de urbanização de uma favela* [tese de doutorado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Censo 2022: Brasil tinha 16,4 milhões de pessoas morando em Favelas e Comunidades Urbanas. (2024). IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41797-censo-2022-brasil-tinha-16-4-milhoes-de-pessoas-morando-em-favelas-e-comunidades-urbanas>
- Certeau, M. (1998). *A invenção do cotidiano: artes de fazer* (t. 1, 3a ed.). Editora Vozes.
- Davis, M. (2006). *Planeta Favela*. Editora Boitempo.
- Delgado, Y. F. & Ruiz, A. M. (2021). Rumo a uma teoria urbana transmoderna e decolonial: uma introdução. *Revista Territorial, Cidade de Goiás*, 10(1), 94-117.
- Freire-Medeiros, B. & Name, L. (2019). Epistemologia da laje. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, 31(1), 153-172. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.151262>
- Galeazzi, C. H. (2021). *O mar que virou sertão: um estudo sobre as ilhas de calor urbanas na Maré*. [tese de doutorado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- Gonçalves, R. S. (2023). Da tolerância precária aos primeiros programas de urbanização: alterações e persistências nas formas de atuação do Estado nas favelas cariocas. Em A. Cardoso, R. Luft, & L. Ximenes (Orgs.), *Urbanização de favelas no Rio de Janeiro* (pp. 237-268). Letra Capital.
- Jacques, P. B. (2001). *Estética da ginga: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Casa da Palavra.
- Jacques, P. B. (2002). Cartografias da Maré. Em D. Varella, I. Bertazzo, & P. B. Jacques, *Maré, vida na favela* (pp. 13-66). Casa da Palavra.
- Jacques, P. B. (2012). *Elogio aos errantes*. EDUFBA.
- Lévi-Strauss, C. (1989). *O pensamento selvagem*. Papyrus.
- Lobosco, T. B. (2011). *Como se faz uma favela: práticas e cotidiano na produção do espaço urbano “periférico”* [tese de doutorado]. Universidade Federal da Bahia.
- Lobosco, T. B. (2014). Direito alternativo: a juridicidade nas favelas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 16(1), 203-220. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2014v16n1p203>
- Loureiro, V. R. T., Medeiros, V. A. S., & Guerreiro, M. R. (2019). Auto-organização na informalidade: os padrões socioespaciais na favela. *Anais do XVIII ENANPUR 2019*, 1-25. <https://anpur.org.br/enanpur-xviii/>
- Maricato, E. (1982). Autoconstrução, a arquitetura possível. Em E. Maricato (Org.), *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial* (pp. 71-94). Editora Alfa-Ômega.
- Nascimento, D. M. (2011). A autoconstrução na produção do espaço urbano. In Mendonça J. G. & Costa, H. S. M. (Orgs.), *Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro* (pp.217-230). C/Arte.
- Perpétuo, M. O. (2024). *Gambiarra Urbana Popular Brasileira* [tese de doutorado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú indígena*, 13(29), 11-20.
- Redes da Maré. (2014). *Censo de Empreendimentos da Maré 2014*. Redes da Maré e Observatório de Favelas. <https://www.redesdamare.org.br/br/busca?busca=censo+empreendimentos>
- Redes da Maré. (2019). *Censo Populacional da Maré*. Redes da Maré e Observatório de Favelas, 2019. <https://www.redesdamare.org.br/br/info/12/censo-mare>
- Ribeiro, C. R. (2006). *O muro da Maré: risco e vizinhança no planejamento urbano* [dissertação de mestrado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Rolnik, R. (2015). *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Boitempo.
- Rosas, R. (2008). Gambiarra: alguns pontos para se pensar uma tecnologia recombinante. *Revista Gambiarra*, 1(1), 19-26. <https://doi.org/10.22409/gambiarra.v1i1.29620>
- Roy, A. (2005). Urban Informality. Toward an Epistemology of Planning. *Journal of the American Planning Association*, 71(2), 147-158. <https://doi.org/10.1080/01944360508976689>
- Santos, C. N. F. (1982). A desordem e só é uma ordem que exige uma leitura mais atenta. *Revista de Administração Municipal*, IBAM, 165, 6-17. <http://lam.ibam.org.br/predownload.asp?area=4&arq=Desordem.pdf>

- Santos, M. (2006). *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção* (4a ed.). Editora da Universidade de São Paulo.
- Souza e Silva, J., Barbosa, J. L., & Simão, M. P. (2020). *A favela reinventa a cidade*. Uniperiferias, Mórula.
- Telles, V. S. (2010). *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Argvmentvm Editora.
- Um bilhão de pessoas moram em assentamentos lotados e inadequados. (2022). Organização das Nações Unidas.
<https://news.un.org/pt/story/2022/10/1803062>
- Van Ham, M., Tammaru, T., Ubareviciene, R., & Janssen, H. (Eds.). (2021). *Urban socio-economic segregation and income inequality: A global perspective*. Springer.
- Varella, D. (2002). Falas da Maré. Em D. Varella, I. Bertazzo, & P. B. Jacques, *Maré, vida na favela* (pp. 67-112). Casa da Palavra.

revista invi



Revista INVI es una publicación periódica, editada por el Instituto de la Vivienda de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Chile, creada en 1986 con el nombre de Boletín INVI. Es una revista académica con cobertura internacional que difunde los avances en el conocimiento sobre la vivienda, el hábitat residencial, los modos de vida y los estudios territoriales. Revista INVI publica contribuciones originales en español, inglés y portugués, privilegiando aquellas que proponen enfoques inter y multidisciplinares y que son resultado de investigaciones con financiamiento y patrocinio institucional. Se busca, con ello, contribuir al desarrollo del conocimiento científico sobre la vivienda, el hábitat y el territorio y aportar al debate público con publicaciones del más alto nivel académico.

Director: Dr. Jorge Larenas Salas, Universidad de Chile, Chile.

Editor: Dr. Pablo Navarrete-Hernández, Universidad de Chile, Chile.

Editores asociados: Dra. Mónica Aubán Borrell, Universidad de Chile, Chile

Dr. Gabriel Felmer, Universidad de Chile, Chile

Dr. Carlos Lange Valdés, Universidad de Chile, Chile

Dr. Daniel Muñoz Zech, Universidad de Chile, Chile

Dra. Rebeca Silva Roquefort, Universidad de Chile, Chile

Coordinadora editorial: Sandra Rivera Mena, Universidad de Chile, Chile.

Asistente editorial: Katia Venegas Foncea, Universidad de Chile, Chile.

Traductor: Jose Molina Kock, Chile.

Diagramación: Ingrid Rivas, Chile.

Corrección de estilo: Leonardo Reyes Verdugo, Chile.

COMITÉ EDITORIAL:

Dra. Julie-Anne Boudreau, Universidad Nacional Autónoma de México, México

Dr. Victor Delgadillo, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, México.

Dra. María Mercedes Di Virgilio, CONICET/ IIGG, Universidad de Buenos Aires, Argentina.

Dr. Ricardo Hurtubia González, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile.

Dra. Irene Molina, Uppsala Universitet, Suecia.

Dr. Gonzalo Lautaro Ojeda Ledesma, Universidad de Valparaíso, Chile.

Dra. Suzana Pasternak, Universidade de São Paulo, Brasil.

Dr. Javier Ruiz Sánchez, Universidad Politécnica de Madrid, España.

Dra. Elke Schlack Fuhrmann, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile.

Dr. Carlos Alberto Torres Tovar, Universidad Nacional de Colombia, Colombia.

Dr. José Francisco Vergara-Perucich, Universidad de Las Américas, Chile

Sitio web: <http://www.revistainvi.uchile.cl/>

Correo electrónico: revistainvi@uchilefau.cl

Licencia de este artículo: Creative Commons Atribución-CompartirIgual 4.0 Internacional (CC BY-SA 4.0)